

DE00972014RL/RCMC

Director:

Francisco Figueiredo

Semanário Regional

Quinta-feira,

3 de Outubro de 2024

Ano: 111 | N.º: 5968

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

NOTÍCIAS DA COVILHÃ

A dar notícias desde 1913

5.ª F ☁ 19° 26°	6.ª F ☁ 19° 26°	Sáb. ☀ 17° 29°	Dom. ☁ 17° 26°
2.ª F ☁ 17° 23°	3.ª F ☁ 16° 23°	4.ª F ☁ 16° 23°	☀ 07:32 h ☀ 19:20 h

TRANSPORTES

Novos descontos para reformados já estão em vigor
Pág. 6

UBI

Acordo com residência privada combate falta de quartos para estudantes
Pág. 7

BELMONTE

Câmara exige em tribunal indemnização a quem danificou estradas
Pág. 14

PENAMACOR

Cartão para aceder a serviços de saúde privados aprovado em assembleia
Pág. 10

FUTEBOL

Sp. Covilhã perde pela quarta vez e já é último classificado
Pág. 19

CENTRAL FOTOVOLTAICA

ESPAÑHÓIS INVESTEM 90 MILHÕES NO FUNDÃO

Pág. 17



ANA RIBEIRO RODRIGUES



REFÉNS DA BANCA E DAS RENDAS ALTAS

Págs. 12 e 13

CONÇALO TAVARES

COVILHÃ

Pág. 3

CÂMARA QUER COMPRAR ANTIGO ESPAÇO DAS IDADES



ANA RIBEIRO RODRIGUES

GOLDRA

Pág. 4

AUTARQUIA ACUSADA DE DESISTIR DO PARQUE

PUBLICIDADE

ANUNCIE NO NOTÍCIAS DA COVILHÃ
comercial@noticiasdacovilha.pt – 275 035 378

NOTÍCIAS DA COVILHÃ

EDITORIAL

OS COGUMELOS



FRANCISCO FIGUEIREDO
DIRECTOR

É vê-los a erguerem-se nas grandes urbes, mas também nas médias, e nos espaços onde a natureza reina. Há para todos os gostos.

Altos, de luxo, de gama intermédia, pequenas unidades mais económicas tipo pensão ou residencial, básicos, alojamentos locais, com muitas estrelas, sem elas, rurais, tipo boutique, de praia, de campo, na serra... multiplicam-se a um acelerado ritmo. São conhecidos por hotéis, e Portugal está hoje a plantá-los um pouco por todo o lado. Representam o símbolo da dinâmica turística a que o país assiste. Um entusiasmo jamais sentido, uma loucura nunca vista. Há cada vez mais turistas, há regiões do país como a baixa de Lisboa, o centro de Sintra, ou o Algarve no Verão, em que nos sentimos como peixe fora de água, tal o fluxo de gente que nos visita, vinda de todas as partes do globo. Ora com tantos visitantes, é preciso lugares para os aconchegar. E lá está, são necessários mais hotéis, muitos mais a avaliar pela procura de Portugal como destino para descanso e férias. Os responsáveis políticos e os gestores turísticos exultam com os resultados. Os números assustam. Pela positiva, claro. Os oficiais apontam para que em Junho de 2024, o sector do alojamento turístico tenha registado mais de 3 milhões de hóspedes e 7,8 milhões de dormidas gerando 698 milhões de euros de proveitos totais. De acordo com informação divulgada em pelo Banco de Portugal, as receitas turísticas relativas ao mês de Junho atingiram

“Somos definitivamente uma Punta Cana da Europa, ou este “boom” é de época?”



DR

os 2,3 mil milhões de euros, e representaram um aumento homólogo de 10%. Os portugueses parecem sintonizados em olhar para o turismo como a solução para a economia do país, e naturalmente o mercado exige novas soluções de acolhimento. Dormidas com e sem pequeno almoço. De meia pensão ou pensão completa. Desse modo não parece de estranhar que a capital portuguesa se apresente na Europa como a terceira cidade que mais hotéis projecta construir até 2026. Segundo a imprensa especializada, Lisboa só fica atrás de Londres e de Istambul. Está prevista a abertura de 36, repito, 36 hotéis nos próximos dois anos. São mais de 4400

novos quartos. Mas podemos e devemos olhar para o país no seu todo. Portugal espera construir 114 novas unidades no mesmo período de tempo. É muito hotel. Sem dúvida. Agora não deveremos meditar sobre a possibilidade de a “galinha deixar de pôr estes ovos de ouro que todos os dias colhemos no galinheiro?” Somos definitivamente uma Punta Cana da Europa, ou este “boom” é de época? Conseguiremos continuar a vender as nossas praias, a comida, o vinho, a imensa história e gente simpática que fazem de nós ainda uma pérola por descobrir? Não estará Portugal na moda? E se assim for, estaremos preparados para o embate?

FICHA TÉCNICA

Notícias da Covilhã – Semanário Regional

DIRECTOR Francisco Figueiredo | **REDACÇÃO/COORDENAÇÃO** Ana Ribeiro Rodrigues (C.P. 4639) | **EDIÇÃO** João Alves (C.P. 3898) | **PAGINAÇÃO** Rui Delgado | **DESIGNER** Francisca Caetano | **COLABORADORES** André Amaral, António Pinto Pires, António Rodrigues de Assunção, Carlos Madaleno, Filipe Pinto (foto), José Avelino Gonçalves, Pedro Seixo Rodrigues, Graça Rojão | **CORRESPONDENTES** João Cunha (Paul), Maria de Jesus Valente (Erada) e Rui F. L. Delgado (Teixoso) | **IMPRESSÃO** FIG – Indústrias Gráficas SA – Rua Adriano Lucas, 3020-265 Coimbra; **SEDE DO EDITOR** (Contabilidade, publicidade, redacção e administração) Notícias da Covilhã – Rua Jornal Notícias da Covilhã, 65 R/C; 6201-015 Covilhã | **PROPRIETÁRIO** Gold Digger, Lda.; **NIPC** 513 904 301 | **DISTRIBUIÇÃO** Notícias da Covilhã | **N.º DE REGISTO** 101753 | **N.º DEPÓSITO LEGAL** 513502/23 | **TIRAGEM** 6 mil exemplares (semana) | **TELEFONE** 275 035 378 | **CONTACTOS** geral@noticiasdacovilha.pt, redacao@noticiasdacovilha.pt, comercial@noticiasdacovilha.pt

111
ANOS

COVILHÃ

NEGOCIAÇÕES COM A RUDE

CÂMARA QUER COMPRAR ANTIGO ESPAÇO DAS IDADES

Município pretende instalar no edifício as oficinas do Departamento de Obras

ANA RIBEIRO RODRIGUES

A Câmara da Covilhã está em negociações com a RUDE - Associação de Desenvolvimento Rural para a aquisição do Mercado Popular, edifício onde funcionou o Espaço das Idades, perto do pavilhão do Inatel.

O anúncio foi feito na Assembleia Municipal de dia 30 de setembro pelo presidente da autarquia, Vítor Pereira, que informou que a verba prevista este ano para essa finalidade passa para o próximo ano.

Segundo o edil, a compra do imóvel “permitirá a transferência dos trabalhadores afetos ao Departamento de Obras e Planeamento”. “Todos achamos que os nossos trabalhadores devem ter melhores condições, é isso que queremos criar”, acrescentou.

De acordo com Vítor Pereira, enquanto decorrerem as obras os trabalhadores “vão para outro sítio”, mas prevê-se que essa alteração aconteça só em 2025.

As más condições das instalações das oficinas municipais têm sido uma denúncia recorrente nos últimos anos. Tanto a oposição como o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) alertaram para a necessidade de melhores condições de trabalho.

Em janeiro de 2022 os eleitos da coligação CDS/PSD/IL alertaram numa sessão pública do executivo para a falta de condições dos pavilhões do Departamento de Obras e Planeamento, referindo que se as instalações fossem de uma empresa privada já estariam encerradas.

“Se estas instalações fossem de uma qualquer empresa privada, estariam já encerradas, pois não respeitam as condições de segurança, higiene, salubridade e conforto que a legislação obriga para as atividades



Falta de condições nas atuais oficinas têm sido denunciadas pela oposição e pelo sindicato

e trabalhadores aí existentes”, alertou Pedro Farromba, há quase três anos.

No local trabalham cerca de cem pessoas e a oposição afirmou ter ficado “chocada” com o que observou no local, criticando a maioria socialista.

O presidente da Câmara Municipal, Vítor Pereira, admitiu na altura que as condições eram más e adiantou ser intenção da autarquia dotar esses espaços “de condições de higiene, saúde e salubridade”.

O edil garantiu que durante este mandato as obras de melhoramento seriam feitas “na totalidade”, tendo prometido em janeiro de 2022 que

o assunto ficaria resolvido “mais próximo deste início de mandato do que do final”.

O STAL reivindicava há dois anos uma intervenção urgente, em vez “de remendos”. Segundo a estrutura sindical, falta um refeitório digno, falta estanquidade da caixilharia, o que deixa expostos os trabalhadores a valores extremos de temperaturas durante todo o ano, assim como nos vestiários, onde também não existe climatização.

O STAL acrescentava que o mesmo acontece nos espaços operacionais, mecânica ou carpintaria, que não

Mudança está prevista para 2025

têm condições de luminosidade, as correntes de ar são constantes, o piso é inadequado e não existem espaços de convívio onde os trabalhadores possam descansar durante a pausa, ou aguardar a chamada para o trabalho.

“Nas oficinas, sitas no Parque Industrial do Canhoso, entra água nos balneários e não possuem climatização. A existência de um depósito de recolha de resíduos no espaço exterior, perto dos armazéns, torna insuportável os cheiros, que se intensificam no verão”, advertiu o sindicato do setor.

COVILHÃ

PARQUE DA GOLDRA RETIRADO

MUNICÍPIO ALTERA 954 MIL EUROS EM RUBRICAS DO ORÇAMENTO

Oposição acusa PS de incapacidade e de adiar investimentos

ANA RIBEIRO RODRIGUES

A Assembleia Municipal da Covilhã aprovou por maioria, na sessão de 30 de setembro, a terceira alteração orçamental, num valor global de 954 mil euros e que retira a rubrica de 600 mil euros, destinada à requalificação do Parque da Goldra para a substituir por despesas gerais de funcionamento.

O presidente, Vítor Pereira, disse que as previsões nem sempre acontecem como é desejado, que a revisão do documento é um ajustamento entre o Plano Plurianual e o Plano de Atividades e que se trata apenas de uma verba que não vai ser executada até ao final do ano e é transferida para outras necessidades.

Vítor Pereira acrescentou que

“ninguém desistiu do Parque da Goldra” e voltou a mencionar a intenção reunir com a Universidade da Beira Interior, que também pretende “fazer um ajustamento do espaço” perto da instituição.

O presidente venceu que “não vem mal ao mundo” se a verba, em vez de ser utilizada até ao final do ano, for aplicada no início do próximo ano.

Vítor Reis Silva, do PCP, afirmou ser uma manobra da maioria socialista para apresentar depois uma taxa de execução elevada, sem concretizar o que tinha prometido.

“Esta alteração resulta da incapacidade da câmara executar o que tinha planeado”, considerou Reis Silva, e censurou que a gestão socialista tenha chegado a esta altura sem avançar com a requalificação do Parque da Goldra, há vários anos degradado e com zonas vedadas. O eleito comunista criticou ainda que a rubrica de 654 mil euros

para onde o valor é transferido não seja detalhada, porque “os serviços gerais são muito gerais”.

Marco Gabriel, da mesma bancada, censurou que o município se proponha “desistir de um grande projeto de requalificação de um espaço verde, o Parque da Goldra”, passando 654 mil euros para despesas de funcionamento que não apresentam “objetivos quantificáveis, projetos concretos ou ações específicas”.

Pelo CDS, João Bernardo criticou o PS por não ter consultado a oposição e considerou que o que a maioria está

a fazer com a revisão orçamental é “a reforçar a sua própria incapacidade”. “O problema é que as suas alterações orçamentais são para adiar, são para não fazer, são para atirar para a frente”, acusou o eleito centrista.

Jorge Vaz, do PSD, questionou Vítor Pereira sobre o destino do Parque da Goldra, sobre o novo adiamento da requalificação, acentuou querer acreditar que os investimentos previstos são para executar e frisou que adiar para 2025 “não será uma mera coincidência”, depois de Pedro Farromba, vereador eleito pela coligação CDS/PSD/IL, ter elencado na última reunião de câmara um conjunto de projetos que considerou estarem a ser empurrados para ano de eleições autárquicas.

“Espero que o reforço corrente não coloque em causa a regra do equilíbrio corrente. Há um reforço da despesa corrente em mais 950 mil euros. Menos investimento, portanto”, apontou Jorge Vaz.

Vítor Pereira reforçou que o que foi feito foi alocar verbas que este ano já não seriam utilizadas para a finalidade inicial e vão ter outro destino. As despesas gerais de funcionamento, acrescentou, incluem, por exemplo, a aquisição de matérias-primas, como massa betuminosa, para reparar estradas, e o dinheiro vai para outras obras.

Hélio Fazendeiro enfatizou não ter dúvidas que as intervenções desorçamentadas “vão ser feitas em 2025”. Vítor Pinho, também do PS, sublinhou que apenas se trata do “reconhecimento de que a verba prevista não será executada até ao final do ano” e vai permitir “planear melhor” o que se pretende para o Parque da Goldra.

Do documento são também retirados 64 mil euros relativos ao Orçamento Participativo de 2017, o que Jorge Vaz considerou um “desincentivo à participação cívica”. Vítor Pereira explicou que essa alteração resultou da necessidade de fazer uma alteração ao projeto do rínque da Erada por questões de segurança, uma vez que por baixo está uma garagem dos baldios e foi por isso que a Câmara da Covilhã “pegou” na obra.

A limpeza e higiene (50 mil), os eventos culturais (100 mil) e festividades cíclicas (150 mil euros) foram as outras rubricas aumentadas na alteração orçamental.

A proposta foi aprovada com seis votos contra, do PSD e PCP, e duas abstenções, do CDS.



Ninguém desistiu do Parque da Goldra”

“Esta alteração resulta da incapacidade da câmara executar o que tinha planeado”, acusa a oposição



PUBLICIDADE



CONTRADANÇA
15ª
EDIÇÃO
ASTA

Contra

Festival de dança & movimento
Contemporâneo
2024

19 SET
a
14 NOV

FORNOS DE ALGODRES
27 SET

GOUVEIA
26, 27 e 28 SET

GUARDA
19 e 20 SET
03 e 04 OUT

COVILHÃ
10 OUT a
14 NOV



contradanca.pt

Organização:
ASTA
teatro e outras artes

Estrutura financiada por:



Parceiros:



Apoios:



Media partner:



A ASTA é membro de:



COVILHÃ

TRANSPORTES

REFORMADOS JÁ PAGAM MENOS

Reduções com efeitos retroactivos a 1 de junho

Estava previsto entrarem em vigor para terça-feira, 1. As reduções dos preços dos transportes para os reformados do concelho da Covilhã, nos transportes urbanos e interurbanos, já são uma realidade, segundo a Inter-Reformados, Associação de Reformados da Covilhã e União de Sindicatos de Castelo Branco (USCB), que em comunicado diz que os mesmos terão efeitos reatrosactivos a 1 de junho deste ano.

Segundo estas entidades, o compromisso foi estabelecido numa reunião com o presidente da Câmara da Covilhã, Vítor Pereira. Assim, a redução, que era de 50% sobre o preço do passe social e dos bilhetes pré-comprados, será agora de 75%. “A título de exemplo, um passe social com o custo de 39 euros, ficará em 19,50 para os reformados, com esta redução passará para 9,75 euros” explicam num comunicado em que adiantam que a redução “já está a ser processada na compra do passe e dos bilhetes pré-comprados.”

Num comunicado conjunto, estas três entidades recordam que, apesar da luta ser das três, a redução aplica-se a “todos os reformados do concelho”, chamando a atenção de que “no ato de aquisição do passe ou dos bilhetes para o mês de outubro os reformados



Passageiros serão reembolsados do que gastaram a mais nos meses de junho, julho, agosto e setembro

devem levar consigo os talões de pagamento dos meses de junho, julho, agosto e setembro para mensalmente poderem ser ressarcidos dos valores pagos a mais nesses meses.”

Recorde-se que na reunião do executivo covilhanense do passado dia 6 de setembro, Vítor Pereira garantiu que os cidadãos “serão ressarcidos desde a data de 1 de junho até à data em que, do ponto de vista legal,

conseguimos efetivar o desconto”.

A redução no preço dos transportes públicos para maiores de 65 anos foi anunciada pelo autarca em abril, para entrar em vigor em junho, mas foi sendo adiada. Segundo Vítor Pereira, para se cumprir a lei. “Tem que ser feita uma consulta ao IMT (Instituto de Mobilidade e dos Transportes). O contrato de concessão prevê descontos, mas é preciso fazer esta consulta. Temos que cumprir a lei” afirmava, garantindo efeitos reatrosactivos. “É um desconto direto e ninguém ficará penalizado” assegurava o presidente da Câmara da Covilhã.

ASSOCIATIVISMO

CANDIDATURAS A APOIOS PODEM SER FEITAS



Apoio camarário tem montante global de 400 mil euros

■ Estão abertas desde terça-feira, 1, e prolongam-se até dia 29 de novembro, as candidaturas aos apoios para as associações e coletividades do concelho da Covilhã, que em 2025 terão uma verba global de 400 mil euros, mais 40 mil do que em 2024, adianta a Câmara em comunicado.

As candidaturas são apresentadas no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo e podem ser submetidas à linha de apoio à atividade regular, que tem disponíveis 250

mil euros, e à linha de apoio ao investimento e aquisição de equipamentos, que conta com um total de 150 mil euros.

Além destas linhas de apoio, o Regulamento também prevê a atribuição de apoios à atividade pontual de caráter supraconcelhio, cujas candidaturas podem ser apresentadas em qualquer altura do ano, com uma antecedência de pelo menos 90 dias em relação ao dia da realização da atividade.

BREVES

DESFILE PELA PAZ NA SEXTA-FEIRA

■ Os núcleos locais do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) a União de Sindicatos de Castelo Branco da CGTP- IN (USCB – CGTP.IN), e a União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) promovem amanhã, sexta-feira, 4, pelas 16 horas, um desfile pela paz com início no Jardim Público e final na Praça do Município, onde decorrerá uma concentração tendo como lema “Palestina Livre, Paz no Médio Oriente.”

SOPAS NO TORTOSENDO

■ O tradicional evento “Sopas do Tortosendo” decorre no próximo sábado, 5, no Tortosendo. Terá lugar no coração da vila, a partir das 15 horas, com sopa, tasquinhas, iguarias, artesanato e animação musical.

FESTA HOMENAGEIA PASTORES NAS CORTES

■ A Filarmónica Recreativa Cortense promove este fim-de-semana, nas Cortes do Meio, o “Pastores”, um evento de caráter cultural, gastronómico, de animação e convívio cujo o objetivo é dar a conhecer ao público, residente e visitante, características da atividade pastorícia e homenagear o labor do pastor, em especial, os da freguesia.

Entre as atividades previstas, haverá uma caminhada, um desfile de chocalhos, um festival de chanfana e muita animação de rua, com tasquinhas de comes e bebes.

COVILHÃ

Alunos bolsseiros deslocados têm prioridade



ANA RIBEIRO RODRIGUES

UBI

ALUNOS EM RESIDÊNCIA PRIVADA PARA COLMATAR ESCASSEZ DE OFERTA

Protocolo, suportado pelo Governo, permite a 38 estudantes ficarem alojados em unidade da Royal Prime

ANA RIBEIRO RODRIGUES

Colmatar a falta de quartos para alunos a custos acessíveis na universidade. É este o objetivo do acordo formalizado entre a Universidade da Beira Interior (UBI) e o grupo Royal Prime, detentor da Tower Residences, empreendimento inaugurado em setembro, onde vão ficar alojados 38 alunos da instituição a partir de outubro.

Os estudantes vão pagar o que pagariam nas residências da universidade e a diferença para o valor cobrado pelo privado é suportado pelo Governo, no âmbito “Programa Alojamento Estudantil Já”, que distribuiu camas no país e atribuiu 49 nestas condições à UBI.

A unidade junto à Faculdade de

Ciências da Saúde (FCS) disponibilizou 38 quartos à UBI e o reitor, Mário Raposo, informou que a instituição está à procura de parceiros com quem possam ser contratualizadas as restantes 11.

O contrato para os alunos contemplados com os novos quartos será válido de outubro a junho do próximo ano e o processo está a ser gerido pelos Serviços de Ação Social da UBI.

Com uma oferta total de 780 camas, atualmente disponíveis 650 em residências de estudantes da universidade e outras em remodelação ou construção, o reitor considerou o número insuficiente para as necessidades e classificou este acordo com o Governo “uma ajuda importante”.

“São paliativos, mas é o que é possível fazer, enquanto se fazem residências novas e se recuperam as antigas”, frisou Mário Raposo.

O reitor mencionou o elevado número de alunos deslocados, cerca de 80%, os constrangimentos

de a instituição ter 130 camas em fase de obra, só concluída dentro de um ano, e destacou a importância de poderem ser disponibilizadas mais camas para os alunos “a custos controlados”.

“Temos um número elevado de deslocados e temos uma procura muito grande. Neste momento, como temos residências em obras, não conseguimos dar resposta. Se encontrarmos outra entidade que nos alugue mais 11, nós faremos contrato para mais 11 [camas]”, acrescentou Mário Raposo.

O aviso interno foi feito no dia 23 para que os alunos interessados se candidatassem durante a semana passada.

A prioridade é dada aos alunos bolsseiros deslocados e o regulamento determina que, caso sobrassem vagas, esses quartos também possam alojar estudantes deslocados não bolsseiros. O sorteio das candidaturas entregues foi feito na sexta-feira, 27.

Segundo foi anunciado pela Royal Prime, o edifício Tower Residences é composto por T0 e tem disponível piscina de água quente, jacuzzi, ginásio, cinema, biblioteca, sala de jogos, lavandaria, bar, estacionamento e outras comodidades. O preço pago por cada residente ascende aos 500 euros.

Atualmente decorrem as obras de remodelação da residência I, a segunda maior da UBI, e está também prevista a reconversão da antiga cantina da Boavista em alojamento da universidade para estudantes.

UBI tem atualmente disponíveis 650 camas em residências de estudantes e a I está em obras até ao próximo ano



“

São paliativos, mas é o que é possível fazer, enquanto se fazem residências novas e se recuperam as antigas”

ANA RIBEIRO RODRIGUES

REGIÃO

FUNDÃO

FESTIVAL
JUNTA 900
CORALISTAS
DE CINCO
PAÍSESFestival e Concurso
Internacional de Coros
decorre até domingo

ANA RIBEIRO RODRIGUES

São 23 coros, de cinco países e cerca de 900 cantores que até domingo vão passar pelo Festival e Concurso Internacional de Coros, promovido pela Câmara do Fundão e pela Associação Cultural da Beira Interior.

Depois do concerto de abertura na quarta-feira, do Coro Misto da Beira Interior & Coro Infantil da Beira Interior, marcado para as 20:30, no palco do Hotel Alambique, estavam previstos muitos outros espetáculos no Fundão, Alpedrinha e Castelo Novo.

Luís Cipriano, da Associação Cultural da Beira Interior, garantiu que o público “pode esperar qualidade, seja na vertente competitiva, seja no festival”, que contam com grupos de Portugal, Hungria, Estónia, Alemanha e Roménia.

O Festival e Concurso Internacional de Coros está na quinta edição, realiza-se desde 2014 no Fundão e a escolha “foi fácil”, depois de Luís Cipriano ter reunido em 2008 com a Meeting Music para trazer um concurso para Portugal e para o Interior do país. “Atendendo às características dos presidentes de câmara da altura, só o presidente Paulo Fernandes encaixava na inteligência necessária para se realizar um evento destes”, disse ao NC o maestro.

Luís Cipriano acentuou que o festival, além de uma oportunidade cultural importante para o Fundão, beneficia também da vertente económica e destacou o

Público
“pode esperar
qualidade”

retorno financeiro, uma vez que “os coros pagam a totalidade da despesa inerente à sua presença neste evento”.

Segundo o maestro, em cima dos quatro palcos vai ser possível ouvir todo o tipo de música coral.

“No concurso existem várias categorias, que vão desde a música popular, a música sacra, o rock, etc. Nos concertos o programa é livre e passará pelo gosto dos maestros e, por certo, por vários estilos musicais”, mencionou Luís Cipriano.

Os participantes têm entre os sete e os 88 anos, “o que reflete que a música é transversal a todas as idades”.

Esta quinta-feira atuam na Igreja do Fundão o Knabenchor Unser Lieben Frauen Bremen, o Jubilate Leánykar Budapest, o Coro de Câmara da Madeira e o Orfeão de Castelo Branco e na sexta-feira o Kapellchor Unser Lieben Frauen

Bremen, o Kammerkoor Helü, o Coro Relâmpago e o Coro Santa Joana.

Sábado os espetáculos são às 16:00 e na Igreja de Alpedrinha atuam o Coro do Orfeão da Covilhã, o Coro Legatto e o Coro de Câmara AdesbAcapella, na Igreja de Castelo Novo o CAEP Voices e o Coral Notas Livres e na Igreja do Fundão o Coro Infantil e Juvenil de Ourém e o Grupo Coral Magister.

O concerto de encerramento é sábado às 19:30, no Hotel Alambique, seguido do Concurso do Grande Prémio e da cerimónia de entrega de prémios.

No domingo atuam na Igreja do Fundão o Corul Callatis, o Orfeão de Portalegre e o Coro do Círculo Cultural Scalabitano.

Os coros vêm de vários pontos do país e Luís Cipriano manifesta a satisfação pela presença do Orfeão da Covilhã e do Orfeão de Castelo Branco, enquanto lamenta a ausência de coros de escolas de música da região.

Embora estejam presentes coros que têm maior projeção do que outros, o maestro ressaltou que, nestes eventos, um mais conceituado pode desiludir e um de quem não se espera tanto pode surpreender, pelo que “não há prognósticos, porque o palco é um local de conclusões, e nunca por antecipação”.



DR

**Até domingo atuam
no Fundão coros de
Portugal, Hungria, Estónia,
Alemanha e Roménia.**

PUBLICIDADE

NECROLOGIA

**JOSÉ MANUEL
NOGUEIRA
CASTELEIRO**

† N. 30.10.1947
F. 16.09.2024

TEIXOSO/CARIA

Agradecimento Sua esposa, filhos, noras, netos, irmãos e restante família agradecem muito reconhecidos, a todas as pessoas que acompanharam o seu ente querido à sua última morada, ou que de uma outra forma manifestaram a sua amizade e o seu pesar. O nosso Bem-haja.

OPINIÃO

CARTA ABERTA

ANDRÉ MORAIS
TÉCNICO SUPERIOR
DE PROTEÇÃO CIVIL



Exmos senhores primeiro-Ministro, Ministra da Administração Interna e Secretário de Estado da Proteção Civil, nos últimos anos temos assistido a um esforço crescente para responder de forma rápida e eficaz a emergências e catástrofes. No entanto, esta abordagem continua a centrar-se quase exclusivamente na reação a incidentes/ocorrências, sem a devida atenção ao trabalho de prevenção, planeamento e mitigação. Com o Governo atual a assumir recentemente as suas funções, é importante refletir sobre o que tem sido feito até agora e, acima de tudo, o que ainda falta fazer. Independentemente do tempo que este executivo está em funções, a proteção civil é um tema recorrente que, ano após ano, enfrenta os mesmos desafios. Chegou o momento de dizer basta. Basta de focar quase exclusivamente na resposta reativa. É hora de mudar o paradigma da nossa política de proteção civil.

Portugal é uma nação com um vasto leque de especialistas, técnicos e profissionais com conhecimento, experiência e know-how na área da proteção civil. Somos um País que tem capacidade para enfrentar os desafios impostos pelas emergências e catástrofes que nos afetam de forma cada vez mais frequente. No entanto, essa capacidade só será plenamente aproveitada se forem colocadas as pessoas certas nos lugares certos, e se forem disponibilizados meios e recursos adequados nas áreas que mais necessitam. É fundamental que se comece pela base, pelas autarquias locais e freguesias, em vez de centralizar os investimentos nos níveis distrital e nacional.

Um dos pilares centrais da proteção civil deve ser o fortalecimento e a capacitação dos Serviços Municipais de Proteção Civil. Estes serviços têm um papel fundamental, não só no apoio na resposta a emergências, mas também na prevenção, planeamento e mitigação de riscos.

A legislação já existe e reconhece a importância destas entidades, mas o que falta é um investimento real e duradouro na sua implementação e operacionalização. É imperativo que cada município tenha uma estrutura de proteção civil robusta e eficiente, que funcione ao longo do ano, analisando e planeando ações para todos os riscos do seu território. Esta ação contínua permite que, em emergências, a resposta seja coordenada e eficaz, em vez de meramente reativa e desorganizada. No entanto, para que isso seja uma realidade, é necessário que o Governo olhe para as autarquias como um pilar essencial da proteção civil e não apenas como meros executores de decisões tomadas a níveis superiores.

Um País verdadeiramente preparado é um país que valoriza a cultura de risco e a prevenção. Este é um dos aspetos mais críticos que



GONÇALO POÇO

ainda precisa de ser implementado em Portugal. Proponho a criação de uma disciplina escolar, desde o primeiro ciclo até ao ensino secundário, focada na proteção civil e gestão de riscos. Esta formação, adaptada a cada nível de ensino, permitirá que as gerações futuras cresçam com uma maior consciência e preparação para os riscos que o País enfrenta. A sensibilização pública deve ser um esforço contínuo, e as autarquias locais são as mais bem colocadas para liderar estas iniciativas.

Outro ponto crucial que merece ser abordado é a separação clara entre proteção civil e bombeiros. Embora os bombeiros sejam indiscutivelmente uma das forças mais importantes no combate a incêndios e emergências, a proteção civil vai além da mera resposta operacional. É necessário que o Governo compreenda esta distinção e invista na profissionalização e capacitação técnica dos bombeiros, enquanto promove simultaneamente o fortalecimento das estruturas de proteção civil a nível local. Os bombeiros devem ser profissionais com formação contínua, meios adequados e recursos tecnológicos que lhes permitam desempenhar o seu papel com excelência.

Adicionalmente, é essencial que os decisores políticos compreendam a importância da ativação dos planos municipais de proteção civil.

Estes planos não são apenas um documento técnico, são uma ferramenta fundamental para assegurar uma resposta coordenada e eficaz em momentos de crise.

Por fim, uma das maiores mudanças necessárias na política de proteção civil em Portugal é a importância de ouvir os técnicos e especialistas na área. Existem em Portugal inúmeros profissionais com vasto conhecimento e experiência, com uma compreensão profunda dos desafios que o País enfrenta e capacitados para desenvolver estratégias eficazes de prevenção e resposta. Ignorar este conhecimento técnico em prol de decisões meramente políticas não só é ineficaz como coloca em risco a segurança das populações.

Concluindo, o apelo que faço ao Governo é simples: é necessária uma mudança de paradigma. A proteção civil não pode continuar a ser vista como uma área secundária ou acessória. É uma prioridade nacional, e é nas autarquias locais que essa prioridade deve começar a ser implementada. O caminho passa por investir nas pessoas com conhecimento científico e técnico, capacitar os serviços municipais, criar uma cultura de risco a longo prazo e garantir que os recursos estão adequadamente distribuídos. Chegou a hora de mostrar que pode ser diferente e deve ser diferente. Cesse-se em focar apenas na reação.

PENAMACOR

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

IMI NO MÍNIMO PARA QUE SE INVISTA EM HABITAÇÃO

Deputados aprovam taxa mínima do IMI. Autarca justifica valor para que proprietários possam investir nas habitações

O objetivo é “estimular os proprietários” a investirem nas suas habitações. A Câmara de Penamacor decidiu, em reunião do executivo, manter para o próximo ano a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) no mínimo admitido por lei, 0,3 para prédios rústicos, uma medida que foi ratificada pelos deputados da Assembleia Municipal na passada quinta-feira, 26.

O autarca local, António Luís Beites, lembra que a saúde financeira da autarquia permite manter impostos nos mínimos, ajudando assim os munícipes, e que esta medida também visa reforçar a atratividade ao concelho. A somar a esta decisão, o facto de haver uma bonificação aos agregados com filhos (IMI familiar), no caso de Penamacor, a majoração máxima: um desconto de 30 euros para famílias com um filho, de 70 euros para quem tem dois filhos e de 140 euros para quem tem três ou mais filhos.

A Câmara arrecadou, em 2023, cerca de 300 mil euros com o IMI, mas segundo o autarca, desde que as taxas se têm fixado nos mínimos, tem havido mais transações em termos imobiliários. No que diz respeito aos prédios rústicos, a taxa

também fica pelo valor mais baixo: 0,8.

Na quinta-feira, os deputados municipais também aprovaram a versão final do regulamento de utilização do cartão “Penamacor Saúde”, que tinha sido também aprovada no seio do executivo (numa reunião da qual a oposição se ausentou alegando não ter condições de trabalho). Um cartão que tem, segundo o autarca local, a finalidade de ser um complemento aos

serviços prestados pelo SNS e fazer face às carências dos serviços básicos que ali existem, uma vez que há falta de médicos no concelho e a ULS de Castelo Branco não tem, segundo Beites, resolvido o problema.

Com este cartão, a população terá acesso a serviços prestados por um privado, cujo concurso público está a decorrer, e incluem consultas de medicina geral e de especialidades médicas, exames auxiliares de diagnóstico, análises clínicas,

Regulamento de utilização do cartão “Penamacor Saúde” foi aprovado pela Assembleia Municipal

fisioterapia e transporte até ao convenionados. Todos os serviços serão totalmente gratuitos para os utentes. O cartão abrange todos os residentes, recenseados no concelho, há pelo menos três meses.

Recorde-se que na passada semana, em comunicado, a concelha do PCP de Penamacor criticou esta a opção da Câmara. Apesar de considerar que a mesma pode ser bem-intencionada, por trás dela “esconde-se uma opção ideológica preocupante que poderá ter consequências contrárias às anunciadas.” O PCP recorda que o sector privado já recebe cerca de 50 por cento do orçamento de Estado dedicado à saúde “no negócio da doença” e que é “cada vez mais claro que à medida que cresce o seu financiamento, diminui o financiamento ao SNS e diminui o acesso dos utentes aos serviços de saúde.”

“Ao executivo municipal caberia adotar uma atitude reivindicativa no sentido de valorizar as estruturas do SNS no concelho e não favorecer o aparecimento de mais negócio numa área que deveria ser encarada como um direito” frisavam os comunistas.

A Assembleia Municipal aprovou ainda, entre outras coisas, um apoio ao abate de javalis. Segundo a autarquia, desde a pandemia, com a ausência de caça, houve um anormal crescimento desta espécie que tem devastado algumas culturas agrícolas.



ANA RIBEIRO RODRIGUES



Serviços externos da autarquia contam com quatro novas viaturas

OITO VIATURAS

MUNICÍPIO RENOVA FROTA AUTOMÓVEL

■ A Câmara de Penamacor adquiriu quatro novas viaturas para serviços externos.

Segundo a autarquia, em comunicado, o que se pretende é a renovação e o reforço da frota atual, “tendo em conta a entrada recente

de novos funcionários no quadro do Município.”

Assim, foram entregues no dia duas viaturas Toyota Hillux Cabine Dupla 4x4 com caixa de madeira e duas viaturas Toyota Proace City L2 Confort 100cv, “aguardando-se,

ainda, a entrega de mais duas Toyota Proace Verso Comfort 9L e duas Toyota Proace City BEV 50 kWh L1/L2 Comfort.”

Estas aquisições tiveram um custo global de cerca de 115 mil euros, acrescidos de IVA.

REGIÃO



BEIRA INTERIOR

PLATAFORMA ANALISA “FUTURO SEM PORTAGENS”

Conferência, na Covilhã, aborda temas como a mobilidade, ambiente, investimento e competitividade

“O Interior e o futuro sem portagens”. É este o nome da conferência que a Plataforma pela Reposição das SCUTs na A23 e A25 realiza no dia 10 de outubro, pelas 14:45, no Hotel Puralã, na Covilhã.

Mobilidade, ambiente, investimento e competitividade serão temas em debate numa conversa que junta



Há quem, não se conformando com este processo, tudo faça para tentar impedir”

o secretário-executivo da CIM-BSE, António Miraldes, o responsável da associação Move Beiras, Filipe Santos, e os docentes universitários Jorge Reis Silva (UBI) e Paulo de Moraes (presidente da Frente Cívica).

“A Plataforma tem, desde 2017, desenvolvido uma acção persistente pela eliminação das portagens no Interior do País e, neste momento, acompanha com natural atenção a sua implementação após conclusão do processo legislativo que culminou com a promulgação pelo Sr. Presidente da República e publicação em Diário da República, na decorrência da aprovação da proposta de lei do PS para eliminação das SCUTs na A23, A24 e A25 e outras Ex-SCUTs” explica em comunicado. Onde assegura que “há quem, não se conformando com este processo, tudo faça para tentar impedir a entrada em vigor da eliminação no dia 1 de janeiro de 2025.”

Uma conferência que “já pensa no tempo pós-portagens” e que se projeta para “os novos e emergentes desafios da mobilidade, da defesa ambiental e da importância do investimento para o Interior para dar competitividade”.

LINHA DA BEIRA ALTA

PRIMEIRO TROÇO EM NOVEMBRO

■ O primeiro troço, em novembro, o segundo, em dezembro, e até março do próximo ano, os 200 quilómetros de linha “estarão reabertos”. Foi esta a garantia deixada, na semana passada, pelo ministro das Infraestruturas, Miguel Pinto Luz, sobre a Linha da Beira Alta, inativa desde abril de 2022, e cujo o primeiro prazo para o fim das obras de modernização era fevereiro de 2023.

A renovação integral da Linha da Beira Alta (193 quilómetros entre Pampilhosa e Vilar Formoso) é considerada uma das obras fundamentais do Corredor Internacional Norte e tem como objetivo permitir uma ligação ferroviária mais segura e rápida entre

o centro e o norte do país e a fronteira com Espanha.

Após falhar o primeiro prazo, a Infraestruturas de Portugal, em maio de 2023, anunciou nova data para a reabertura, 12 de novembro desse ano, que também não se concretizou. Nessa altura, a Infraestruturas de Portugal disse prever que a reabertura da linha à exploração (com catenária em funcionamento) ocorresse até ao final do primeiro semestre de 2024. O que mais uma vez não aconteceu.

O não cumprimento das datas de reabertura tem motivado críticas de várias autarquias, como, por exemplo, Nelas, Viseu e Guarda.

PUBLICIDADE

**COMÉRCIO DE MÁQUINAS
E FERRAMENTAS
PROFISSIONAIS, LDA**



WWW.COVITOOOL.PT

Parque Industrial da Covilhã, Lote C4-B
Apart. 553 | 6200-027 Canhoso, Covilhã
EMAIL: covitool@sapo.pt



GRANDE TEMA

HABITAÇÃO

FARTOS DE ESCOLHER ENTRE “PAGAR A RENDA OU COMER”

O aumento de rendas, as condições deficitárias das casas e os altos juros a pagar por empréstimos foram algumas das razões que levaram mais de 30 pessoas a manifestarem-se por uma “Casa para todos” no Pelourinho

GONÇALO TAVARES

Mais de 30 pessoas marcaram presença, no passado sábado, 28, na manifestação pela habitação intitulada “Casa para Todos”, organizada pelo movimento Porta a Porta no Pelourinho, na Covilhã, e que se repetiu, nesse mesmo dia, em mais de uma vintena de cidades portuguesas.

Com frases de ordem como “queremos casa, queremos pão, o direito à habitação”, “exijo casa para morar” ou “fartos de escolher, entre pagar a renda ou comer”, os manifestantes denunciaram muitos dos problemas que hoje se vivem para quem quer ter casa e não tem possibilidades.

“Sou estudante e já estou há cinco anos a viver cá. Quando entrei para a universidade, as rendas rondavam entre 130 até 180. Se calhar, 200 euros se fosse um apartamento muito bom. Mas agora é muito difícil encontrar abaixo dos 180 euros, mesmo em zonas como o Sineiro ou na Saudade, que são um bocadinho mais destacadas da cidade”, conta Hannah Dias,

Cerca de três dezenas de pessoas participaram na iniciativa convocada pelo movimento “Porta a Porta”, que decorreu em mais de 20 cidades do país

aluna da UBI. Segunda a estudante, as rendas também estão a ficar cada vez mais caras para os colegas de casa que aparecem cada vez mais tarde, mesmo alguns tendo um quarto mais pequeno do que aquele de que Hannah dispõe.

Manuel Eduardo, residente na Covilhã, reforça essa ideia. “Eu felizmente ainda moro com os meus pais, sou caloiro, e conheço imensos colegas meus que diariamente se queixam do elevado preço das casas” afirma. E acrescenta que residências universitárias públicas apresentam fracas condições de habitação, com quartos partilhados, de dimensões reduzidas e com falta de mais espaços comuns para utilização dos alunos, como as cozinhas.

As dificuldades não são só vividas

pelos estudantes que vêm para a Covilhã, segundo Jorge Fael, do PCP. “Eu sou inquilino de um banco. E a dificuldade, no meu caso particular, com a subida das taxas de juro, foi a prestação da casa ter subido. Sou um dos milhares de portugueses que se viu confrontado com a subida da

prestação em quase 100 euros, de um momento para o outro” frisa este responsável. Fael acrescenta que esta foi “a grande dificuldade” a somar “a todas as outras”, que fizeram subir o custo de vida. “Os bancos continuam a amealhar lucros milionários por dia e ao fim do ano. Continuo a pagar mais de juros ao banco do que a amortizar capital” lamenta o ex-candidato da CDU às legislativas pelo distrito de Castelo Branco.

“Optámos pela compra de casa porque o valor das rendas ou estão ao mesmo nível ou mais altas do que pedir empréstimo à habitação. Era quase ao mesmo nível” acrescenta Jorge Fael, que diz que esta opção fez com que uma parte significativa do rendimento fosse para as despesas com habitação, limitando outras



Uma pessoa começa a perder a esperança em conseguir viver dentro da cidade”

GRANDE TEMA



GONÇALO TAVARES

ALOJAMENTO ESTUDANTIL AGRAVA SITUAÇÃO

“Na Covilhã existe o problema relacionado com o alojamento estudantil. Há muito alojamento informal, o que muitas vezes não responsabiliza os próprios senhorios e não salvaguarda as condições de dignidade para os próprios estudantes”, alega a porta-voz do Movimento Porta a Porta, Marisa Marques. A mesma faz críticas à banca e fundos imobiliários, por obterem “lucros históricos” à “custa do sofrimento da maioria” da população e critica também o atual governo por “apoiar investimento privado”. “Aumentaram o preço ou colocaram o dinheiro diretamente nas mãos dos privados sem isso corresponder ao maior número de casas e quartos” lamenta Marisa Marques.

Uma visão compartilhada por Francisco Oliveira, que afirma que Portugal tem habitação mais que suficiente para todos, mas “muita dela ou está para alojamento local ou especulação imobiliária.” Para este responsável, só é possível uma solução de habitação pública para todos com uma “intervenção estatal, com imposição de um teto máximo de renda, proteção dos inquilinos e aumento da habitação social”.

Em comunicado, o movimento Porta a Porta exige o baixar e regular as rendas para valores compatíveis com o rendimento do trabalho, o aumento da duração dos contratos de arrendamento para um período mínimo de 10 anos, o fim aos despejos, às desocupações e às demolições a quem não tenha

alternativa à habitação digna. Além disso, o movimento defende o baixar das prestações bancárias, a revisão de todas as licenças de especulação turística, a criação de habitação cooperativa e outras que não sejam entregues ao mercado, o aumento do parque de habitação pública em quantidade e qualidade e a promoção da reabilitação dos bairros sociais, bem como a colocação a uso, com preços sociais,

dos imóveis devolutos do Estado, dos grandes proprietários, dos fundos e empresas, entre outras medidas.

“O que interessa neste preciso momento é alcançar estas medidas o mais rapidamente possível. Não precisa de ser todas de uma vez, mas o que interessa é começar a aplicar medidas que permitam ter alterações para os jovens no seu dia a dia”, reforça Manuel Eduardo.



GONÇALO TAVARES

Manuel Eduardo, estudante da UBI, mas natural da Covilhã, diz ter a sorte de viver com os pais, ao contrário de colegas que se queixam do preço dos quartos

opções na vida. “Uma parte significativa do ordenado, cerca de 35 por cento, vai para isso. É preciso depois somar o IMI, a água, a luz, o telefone, todas despesas relacionadas com habitação são muito elevadas para os salários que nós temos” remata.

Francisco Oliveira, da organização Covilhã a Marchar, fala que “a situação está cada vez mais crítica”, com os preços da habitação a subirem cada vez mais, o que foi agravado com o aumento do número de estudantes na UBI. “As imobiliárias têm preços cada vez mais altos. Por exemplo, um T0 no Canhoso a custar 700 euros o mês. Uma pessoa começa a perder a esperança em conseguir viver dentro da cidade, a não ser a partilhar casa com outras pessoas” lamenta Francisco.

Há quem exemplifique casos como um T0 no Canhoso, com renda mensal de 700 euros



Francisco Oliveira, responsável do Covilhã a Marchar, garante que Portugal tem casas suficientes, mas especulação imobiliária e alojamento local impedem acesso às mesmas

GONÇALO TAVARES

BELMONTE

ESTRADA DEGRADADAS

CÂMARA METE IP EM TRIBUNAL

Dias Rocha anuncia que há quatro processos em tribunal contra a Infraestruturas de Portugal e outras empresas, por danos nas vias municipais. E condena tratamento discriminatório do governo para com Belmonte, em relação a concelhos vizinhos

JOÃO ALVES

A Câmara de Belmonte tem a decorrer, em tribunal, quatro processos contra a Infraestruturas de Portugal (IP) e outras empresas, por danos provocados, e não reparados, nas estradas do concelho, aquando das obras de modernização da Linha da Beira Baixa.

“Temos quatro processos em tribunal contra a IP e as empresas que andaram aqui a fazer as obras. A lei diz que do que danificaram, tinham que pagar indemnizações” anunciou na passada sexta-feira, 27, durante a Assembleia Municipal, o autarca belmontense.

Há anos que a autarquia reclama ser ressarcida pelos estragos provocados, em diversas vias concelhias, durante as obras na ferrovia, e tem falado com Governo e IP para que assumam a reparação das mesmas, mas até hoje, nada aconteceu. O mau estado das estradas concelhias tem sido alvo de contestação, não só por parte de populares, como dos próprios autarcas. Dias Rocha diz que tem feito pressão junto das entidades responsáveis, mas de pouco tem valido. E até critica o tratamento diferenciado que outras autarquias, como a Covilhã, têm em relação a Belmonte. “A IP assumiu fazer obras na Covilhã, aqui

não. E as estradas lá sofreram muito menos que as nossas com as obras da Linha. Talvez o senhor presidente da Câmara da Covilhã seja amigo do senhor ministro. Eu não” disse o autarca belmontense.

Dias Rocha, no entanto, promete que “com apoio ou não da IP” diversas vias municipais serão arrançadas. A principal, a ligação entre a Nacional 18, no cruzamento do Ginjal, até à ponte de São Sebastião, em Caria. Mas também, em Belmonte, a ligação entre a rotunda norte, com passagem pela vila, e descida até à rotunda sul, o acesso entre a Grasil e Maçaínhas, o acesso às Inguias, ao Monte do Bispo e

Dias Rocha garante que até final do mandato irá reparar muitas das vias municipais que estão degradadas

entrada para o Colmeal da Torre. “Vão ter um novo piso” assegura, acusando a IP de nem assumir vias nacionais. “Entre o Ginjal e o acesso à A23, por Maçaínhas, a estrada nem sequer é nossa. Porque tem que ser a Câmara a assumir” pergunta.

Recorde-se que há meses, a Junta de Freguesia de Caria convocou uma marcha lenta, entre Malpique e a estrada das Ferrarias, para denunciar o mau estado das vias, pedindo à Câmara datas de avanço de obras de requalificação. Segundo Dias Rocha, nas Ferrarias o piso já foi arranjado e em Malpique, as obras estão no terreno.



André Reis espera que a sua permanência ou não no executivo “não volte a ser objeto de debate”

EXECUTIVO

ANDRÉ REIS DIZ QUE O SEU FUTURO SÓ A ELE DIZ RESPEITO

■ “A decisão será sempre minha e só minha”. Foi esta a garantia deixada na última reunião pública do executivo belmontense pelo vereador independente André Reis (eleito pelo PSD) sobre o seu futuro na autarquia, isto depois de ter regressado em setembro às reuniões do órgão, depois de suspender o mandato durante o mês de agosto (foi substituído por Ana Louro).

Reis garantiu que a sua ideia é “cumprir o mandato até ao fim”, mas que se quiser suspender, suspende, se tiver que renunciar, renuncia, mas sempre numa decisão apenas sua e sem pressões exteriores.

Após um mês de suspensão, André Reis regressou ao executivo da Câmara de Belmonte a 5 de setembro, na

reunião privada do órgão, mas apenas na pública, de 19, comentou este regresso. O vereador lembrou que nas autárquicas de há três anos foi eleito com apenas menos 106 votos que o candidato do PS, o atual presidente da autarquia, António Dias Rocha, liderando uma lista do PSD para a qual foi unanimemente escolhido depois de “muitos terem recusado”, e que o resultado alcançado “não foi obtido por mim, mas por causa de mim”. “Não admito que andem de três em três meses a dizer se devo ou não ter mandato. A decisão será sempre minha. O meu objetivo é igual ao de todos: dar o meu melhor por Belmonte. Espero que o assunto não volte a ser objeto de debate” pede André Reis. Que

adianta que só quer é “paz e tranquilidade até final do mandato”.

O vereador da CDU, Carlos Afonso, que por diversas vezes aconselhou Reis a renunciar ao mandato face às muitas ausências a reuniões do executivo recorda ter sido ele a colocar “mais acutilância” nas faltas do vereador. E disse que da vida de cada um “cada um é que sabe”, mas que o resultado obtido por André Reis nas autárquicas lhe trouxeram uma responsabilidade perante o concelho. “Faltou a metade das reuniões, justificadas ou não. Não posso subscrever este tipo de comportamento, e por isso, continuarei a ter o comportamento que entender ter relativamente às suas faltas” garantiu.

João Alves

BELMONTE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

IMPOSTOS APROVADOS COM “DÚVIDAS” SOBRE O QUADRO DE PESSOAL

Deputados aprovam taxas mínimas do IMI. Alteração do quadro de pessoal da autarquia aprovado, mas com dúvidas do PSD sobre alguns dos lugares a preencher

JOÃO ALVES

Os deputados da Assembleia Municipal de Belmonte aprovaram na passada sexta-feira, 27, por maioria (voto desfavorável da CDU), o valor do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) da autarquia para o próximo ano, que se irá manter nos mínimos, ou seja, 0,3 por cento para prédios urbanos e 0,8 para rústicos.

Na votação, Rosa Coutinho, da CDU, justificou o voto contra por discordar do IMI familiar, por considerar que é uma fonte “fiscal” de deveria ser aplicada “para o bem comum”. Recorde-se que a proposta aprovada pela autarquia prevê, tal como no ano passado, reduções em caso de dependentes a cargo, sendo de 20 euros para um dependente, 40 para dois e 70 para três ou mais dependentes. Algo com que a CDU, na Assembleia Municipal, não concorda, apesar do documento ter sido aprovado por unanimidade na sessão do executivo, onde o partido tem um vereador.

Segundo António Dias Rocha, o IMI representa, para o município, uma receita anual superior a 500 mil euros. O autarca revelou que depois da Câmara, em 2022, ter subido os valores do imposto, a receita cifrou-se nos 728 mil euros, baixando de novo, em 2023, para 546 mil euros, quando a Câmara voltou aos mínimos que são de lei. “Este ano o valor deverá ser sensivelmente o mesmo” garante o autarca.

Os deputados também aprovaram, de novo por maioria (voto favorável do PS, contra da CDU e abstenção do PSD), a taxa de participação variável do IRS, que a autarquia aprovou, por unanimidade, fixar-se em 2,5%, o mesmo valor de anos anteriores.

Rosa Coutinho, da CDU, disse ter votado contra por discordar de uma medida que “só beneficia algumas famílias, as de maior rendimento” e não toda a população, nomeadamente a mais desfavorecida. “É mais um exemplo de uma receita da qual a Câmara abdica, mas que podia aplicar

para o bem comum” frisa.

Já pelo PSD, António Cardoso Marques justificou a abstenção por considerar que a autarquia poderia ir mais além. “Este é um valor que deve ser usado para atrair mais gente para o concelho. A proposta é melhor que nada, mas deveria ser bem mais ambiciosa” sustenta.

Dias Rocha voltou a salientar, tal como tinha feito na reunião do executivo, que os valores em causa são um “bom sinal”. Ou de que os rendimentos de quem mora no concelho subiram, ou que existem mais residentes. O município, em 2023, arrecadou 93.930 euros quando, por exemplo, em 2020 a receita fora de 75 mil 954 euros. “Se aumentou o IRS nos últimos anos, é porque há receitas das empresas em Belmonte, e isso é bom sinal. Temos mais gente e mais empresas a descontar” afirma.

PSD APONTA “ENCARGOS SIGNIFICATIVOS” COM PESSOAL

Também a alteração a estrutura

orgânica e mapa de pessoal da autarquia, para 2024, foi aprovada por maioria, com votos favoráveis da bandada do PS e deputada da CDU.

Já a bancada do PSD absteve-se, revelando dúvidas sobre algumas contratações. António Cardoso Marques questionou o porquê, e o número de pessoas, a entrarem nos quadros para estruturas desportivas, educação, saúde ou finanças. Do executivo, a explicação de que se trata da regularização de trabalhadores com vínculos precários que já estavam ao serviço do município.

“Então a Câmara vai assumir os jardins e limpeza” perguntou o deputado, com Dias Rocha a responder que esse serviço se mantém a cargo da União de Freguesias, ao abrigo da delegação de competências. “Então o que vão fazer mais dez assistentes operacionais na Câmara se não for isso” perguntou de novo, com Dias Rocha a responder que existem muitas outras tarefas, como arranjo de estradas, ou pequenas obras.

PSD considera que rácio entre funcionários/população está acima do que acontece noutros municípios vizinhos

O autarca belmontense enumerou mesmo os quadros de pessoal de outros municípios (com lugares ocupados ou a prover), como Covilhã ou Fundão (de maior dimensão), ou Manteigas (109 lugares), Sabugal (288), Figueira de Castelo Rodrigo (137), Penamacor (180) ou Almeida (271), para mostrar que a realidade de Belmonte não é tão diferente (172).

António Cardoso Marques, no entanto, disse que, por exemplo, em relação às cidades de maior dimensão “a percentagem de Belmonte está muito acima do rácio”, em termos de funcionário/população, e que no caso de municípios parecidos a Belmonte, o pessoal externo desempenha “todos os serviços”, como por exemplo, limpeza, “ao contrário de nós”. “Não existe uma verdade absoluta nisto, mas Belmonte tem encargos significativos com alguns serviços adjudicados a privados, que pioram com este quadro de pessoal” disse o deputado social-democrata.



O que vão fazer mais dez assistentes operacionais na Câmara?”

JA

MANTEIGAS

CÂMARA PEDE CONTAS ÀS JUNTAS

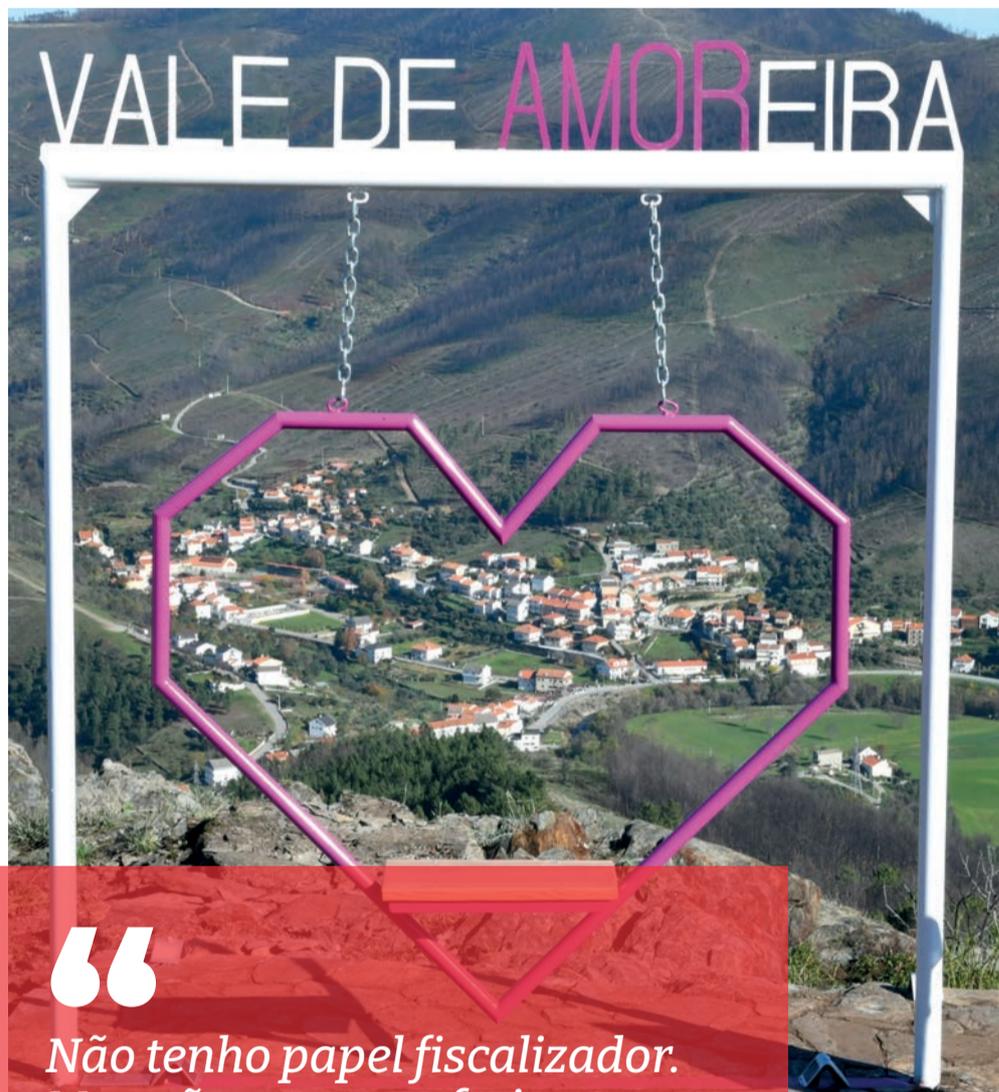
FREGUESIAS RURAIS QUEIXAM-SE DAS VERBAS TRANSFERIDAS

Câmara pediu às juntas as contas do dinheiro que lhes transfere. A maioria não apresentou e as não urbanas queixam-se de receber pouco. Flávio Massano aconselha a verem outras em Portugal e compararem

JOÃO ALVES

O presidente da Câmara de Manteigas, Flávio Massano, desafiou na passada sexta-feira, 27, na reunião descentralizada da Assembleia Municipal (que decorreu em Vale de Amoreira) as duas juntas de freguesia não urbanas do concelho a verificarem o dinheiro que outras câmaras, no país, transferem para o mesmo tipo de junta e compararem com o que acontece no município. “Verifiquem, em outras juntas do País, e depois vejam se a Câmara de Manteigas trata mal as freguesias não urbanas. Desafio” disse o autarca.

Num ponto da ordem de trabalhos em que se discutia a delegação de competências às freguesias, Flávio Massano admitiu ter pedido às quatro juntas de freguesia (São Pedro e Santa Maria, urbanas, Sameiro e Vale de Amoreira, rurais) contas sobre o dinheiro que anualmente a Câmara transfere. Ou a mostrarem, em suporte digital (site) como é gasta a verba. “Sameiro respondeu, a dizer que não tem página eletrónica e que contas não são publicadas em site, mas que as envia a todas as entidades competentes. São Pedro também disse que não tinha, mas garantiu que contrato estava a ser cumprido na íntegra, e disse que o valor era insuficiente. Vale de Amoreira não respondeu. Santa Maria enviou” disse o autarca. Que afiança ter feito o pedido “não para vigiar, mas para saber onde o dinheiro é alocado, uma vez que não há relatórios, que são obrigatórios. O que queremos é um bom acordo” disse.



“

Não tenho papel fiscalizador. Mas não vou transferir um euro a ninguém que não esteja validado”

Flávio Massano adiantou ainda que será proposto às juntas urbanas dois funcionários para cada uma, e às não urbanas, “ainda estamos a fechar”. E daqui a três meses espera ter fechados os acordos de delegação de competências.

Carlos Viegas, presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, disse que a autarquia não é obrigada a ter contas publicadas. “Mas não temos

nada a esconder. Os 10 mil euros que a Câmara nos delega são integrados numa rubrica onde pomos dinheiro nosso. Logo, provar o que se faz é impossível, está tudo na mesma rubrica contabilística. Não há mapas dos 10 mil euros. Nunca houve qualquer relatório porque a Câmara nunca nos pediu” disse, assegurando que as competências “estão a ser todas executadas”. Viegas, no entanto,

Freguesia de Vale de Amoreira diz que verba transferida pela Câmara “é justa” só para tratar da área verde da localidade

admite que a Câmara tem direito “de saber se bem ou mal. Às vezes os 10 mil não chegam. Mas nós fazemo-lo, o mapa...”

Nuno Gonçalves, presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira, disse que o pedido feito pela Câmara estava para análise. “Não respondemos, mas não temos nada a esconder. As contas são todos os anos entregues ao Tribunal de Contas, que nunca nos pediu nada. Se delegação não for cumprida, a Câmara tem direito a saber” disse. O autarca lembrou que, tirando o município, Vale de Amoreira é quem tem maior área verde ao seu cuidado, pelo que “a verba que recebemos, só para isso, é justa. Mas se nos for solicitado, faremos relatório. Mas a delegação está a ser cumprida à risca” assegura.

Já o presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, Miguel Ramos, afirmou que nesse capítulo a sua freguesia “também tem muitas despesas”. E acusou Massano de achar “que dá muito dinheiro, mas não é bem assim”, lembrando ter a seu cargo manutenção de jardins, recuperação de património e até dois coveiros. “Temos ido mais além do que a transferência de competências, e temos feitos obras da competência da Câmara. Desagrada-me que haja um bolo maior às freguesias urbanas, uma diferenciação” apontou.

“O presidente não acha nada” respondeu Flávio Massano, que lembrou outros presidentes de Câmara já acusados de esquecerem freguesias rurais. “Mas não é assim. Acredito na palavra dos presidentes, mas queria perceber se a verba é suficiente ou não. Não tenho papel fiscalizador. Mas não vou transferir um euro a ninguém que não esteja validado pelo executivo e pelos órgãos” assegurou o presidente da Câmara. Flávio Massano recordou ainda que a lei das autarquias locais “é igual para todos.”

Na reunião da Assembleia, Flávio Massano anunciou ainda que esta semana, ou na próxima, se inicia o serviço de transporte flexível entre as duas freguesias rurais e a vila.

FUNDÃO

QUINTA DO BREJO

INAUGURADA CENTRAL COM 190 MIL PAINÉIS FOTOVOLTAICOS



Assinado protocolo para população à volta beneficiar de energia a custo mais baixo

ANA RIBEIRO RODRIGUES

Investimento em área de 192 hectares representa investimento de 90 milhões da espanhola Dos Grados

ANA RIBEIRO RODRIGUES

A Central Solar Fotovoltaica do Fundão, entre Alcaria, Pêro Viseu e Valverde, foi inaugurada dia 25 de setembro. É o primeiro investimento do género da empresa espanhola Dos Grados, no valor de 90 milhões de euros, numa área de 192 hectares, com 190 mil painéis.

Agora em funcionamento, a Central criou dez postos de trabalho para a manutenção do espaço.

O presidente da Dos Grados, Luis Palacios, disse que o empreendimento permite gerar energia renovável equivalente ao consumo anual de 61 mil casas e empresas, evita a emissão anual de 826 mil toneladas de dióxido de carbono e anunciou que a empresa vai apostar “na hibridação” e está a equacionar alargar o investimento à energia eólica e ao armazenamento.

Para uma fase posterior, está a ser estudada a possibilidade de avançar para soluções relacionadas com o

consumo eletrointensivo, como plantas eletrolisadoras ou centros de dados, “para combinar o consumo eletrointensivo com a parte da geração renovável”.

O responsável garantiu que os benefícios de uma “fonte de energia limpa” superam os impactos negativos e anunciou que, além de ter sido criada uma Comissão de Acompanhamento, que integra as juntas de freguesia, estão previstos apoios às localidades à volta, a recuperação de património, como a Ponte dos Moinhos, entre Valverde e Pêro Viseu, e foram assinados com o município dois acordos com vista à “mitigação de impactos”.

Um dos memorandos contempla a obrigatoriedade de atividades agrícolas, silvícolas e pastoris nos terrenos, por exemplo com a exploração de raças autóctones que façam o pastoreio na área da Central Solar e a replantação da zona.

Outro trata-se de um projeto-piloto para a criação de um novo modelo de comunidades energéticas que permita que, dentro “de seis a sete meses”, a população residente à volta da Central Solar Fotovoltaica possa beneficiar de “energia a um preço mais sustentável”, fazendo com que as sobras de produção possam ser vendidas a quem



Empresa comprometeu-se com “mitigação de impactos”

ANA RIBEIRO RODRIGUES

Nenhum painel em área hidroagrícola foi “linha vermelha” imposta pelo município

mora num raio de quatro quilómetros à volta e o cidadão “possa ter acesso a essa energia muitas vezes a metade do preço”, salientou o presidente da Câmara do Fundão, Paulo Fernandes.

Além de Alcaria, Pêro Viseu e Valverde, está previsto serem abrangidas também a Fatela e parte da Zona Industrial do Fundão, que se encontram nesse raio da central fotovoltaica.

Confrontado com o impacto paisagístico do investimento, Paulo Fernandes realçou que todos os terrenos em causa eram privados, que o projeto “passou no crivo do impacto ambiental” e frisou que o município impôs “uma linha vermelha”: que nenhum painel estivesse em área hidroagrícola da Cova da Beira, onde estão os solos “de primeiro nível de produção agrícola”.

Presente na cerimónia, a secretária de Estado da Energia, Maria João Pereira, os benefícios na partilha de energia junto das comunidades locais podem ser um mecanismo para compensar “os sacrifícios” da transição energética.

A governante destacou a importância das energias renováveis para a descarbonização do país, referiu que essas fontes de energia representavam no ano passado 35% do consumo e que se pretende alcançar em 2030 os 51%, “um grande caminho a percorrer”.

Questionada sobre o impacto visual das centrais fotovoltaicas, Maria João Pereira acentuou a necessidade de aumentar a produção de energias renováveis, disse que esse efeito pode ser atenuado e que, “se calhar, podem fazê-los um pouco menos densos”.

O QUE VEM À REDE

FRASE DA SEMANA

“O grosso que caracteriza a sociedade portuguesa é que a maioria dos portugueses é pacífica, calma e tranquila”

MARCELO REBELO DE SOUSA
Presidente da República a propósito da violência na manifestação contra a imigração



“A IA tem muito mais imaginação do que a maioria dos artistas”

LEONEL MOURA
Artista in Ípsilon / Público



“Sou nigeriana porque um homem branco criou a Nigéria e deu-me essa identidade”

CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE
Escritora e feminista nigeriana in The Cape Verdean Report



“Um esquilo ou um pássaro têm mais direitos que uma menina no Afeganistão”

MERYL STREEP
Actriz, in Assembleia Geral da ONU



VOZES DO POVO AQUI CHEGAM AOS SEUS

PRAXE: FUNCIONA OU NÃO FAZ FALTA?

Acompanhe-nos on-line: noticiasdacovilha.pt



“Nenhum amigo meu que não fez praxe (que são muitos) alguma vez foi discriminado ou criticado por escolher não o fazer. O mesmo não posso dizer de mim e de muitos amigos meus que fizemos praxe e 'ajudámos' novos estudantes a criar amizades e ligações durante a praxe que continuam anos depois. 'Mas é bom ler estes artigos de 'opinião', dá para comprovar ainda mais de que lado é que vem o 'bullying' e a 'discriminação'. De alguém com 'mais matrículas e menor aproveitamento académico.'”
→ Pedro Cardoso

“A verdadeira 'praxe' (de 'praxis') são os atrasos nos pagamentos das bolsas dos estudantes carenciados, a falta de alojamento para os estudantes deslocados, as propinas elevadas e os constantes emolumentos para qualquer serviço, os tempos de espera absurdos... Quem 'praxa' é a academia e a vida, não uns morções aos berros”
→ Miguel Riscado

“Os veteranos só sabem humilhar os caloiros. As praxes deviam de ser construtivas para integrar os caloiros. Mas nunca é assim. Por vezes levam os alunos ao limite”
→ Lena Gomes

DESPORTO

QUARTA DERROTA COVILHÃ É ÚLTIMO



Covilhã impotente para travar nova derrota

Serranos perdem por 1-0 na Tapadinha, frente ao Atlético, e baixam ao último lugar da tabela classificativa

Começa a tornar-se cada vez mais complicada a missão de estar, no final da primeira fase, num dos quatro primeiros lugares da série B da Liga 3 e, assim, poder lutar pela subida à II Liga. É que, ao fim de sete jornadas, o Sporting da Covilhã baixa ao último lugar da tabela, com apenas cinco pontos, e já a quatro do quarto, neste momento, o 1º de Dezembro, com nove pontos. No domingo, em Lisboa, no estádio da Tapadinha, o conjunto serrano somou a quarta derrota no campeonato, por 1-0, frente ao Atlético, num jogo em que, mais uma vez, teve tudo para sair feliz. Mas o desperdício voltou a ser a “imagem de marca” da equipa de Francisco Chaló.

Na primeira parte, o “leão da serra” entrou melhor, foi mais forte, foi sempre ameaçando em arrancadas, sobretudo do irrequieto Dener, embora a única e verdadeira ocasião clara de golo

tivesse resultado de um lance de bola parada. Aos 29 minutos, um livre descaído sobre a direita do ataque serrano, foi muito bem batido por Filipe Garcia, que obrigou Luís Ribeiro (nomeado melhor em campo) a uma grande defesa, com a bola ainda a beijar a trave da baliza do guardaião alcantarense.

Na segunda parte, voltaram a ser os covilhanenses quem mais fez por ganhar o jogo, em especial, nos primeiros 15 minutos. Mas mais uma vez, o desperdício do ataque acabou por pagar-se caro. Aos 56 minutos, novo livre na direita, com Filipe Garcia a obrigar Luís Ribeiro a defesa apertada, para a frente, e Filipe Maio, completamente solto na pequena área, a atirar a bola por

Desperdício voltou a ser “imagem de marca” dos serranos

cima da baliza. Três minutos depois, cruzamento da esquerda, com a bola a sobrar para Diogo Ramalho, na direita, que na área atirou por cima e ao lado da baliza.

Quem não marca, sofre. O que acabou por acontecer aos serranos, ao minuto 64. Bola comprida na profundidade do ataque lisboeta, a cair no lado direito da defesa serrana, onde Luís Oliveira, com uma má abordagem, deixou um adversário ganhar a linha de fundo e cruzar atrasado para um golo fácil de Elias Franco.

A partir daí, o Covilhã foi forçando o empate, embora já com menos discernimento, e acabou por ser o Atlético quem esteve perto de marcar de novo, com nova bola longa na esquerda do seu ataque, cruzamento de Dinamite a que, por centímetros, Tito Júnior não deu o melhor destino.

Com esta derrota, o clube serrano cai para último, com os mesmos pontos do Lusitânia que, contudo, tem dois jogos em atraso.

No sábado, 5, às 17h30, o Sporting da Covilhã recebe o Oliveira do Hospital.

TAÇA DE PORTUGAL

MONCARAPACHENSE É O PRÓXIMO ADVERSÁRIO

■ O Sporting da Covilhã irá defrontar, na terceira eliminatória da Taça de Portugal, a equipa algarvia do Moncarapachense, da série D do Campeonato de Portugal. Assim ditou o sorteio realizado na passada semana em Lisboa. O jogo está agendado para 20 de outubro, Dia da Cidade.

A equipa algarvia é quarta classificada da sua série e tem, no seu plantel, dois “ex-leões da serra”: Arnold e Sena Yang. E tem como treinador outro ex-serrano: José Bizarro, que também teve passagem, na região, pelo Sertanense.

Menos sorte teve o Alcains, do Campeonato de Portugal, e o outro representante da região, que defrontará em Matosinhos o Leixões, da II Liga, equipa que na última eliminatória bateu fora o Guarda FC, por 0-1, já em tempo de compensação.



Bizarro regressa à Covilhã com o Moncarapachense

PUBLICIDADE

foto
académica
Filipe Pinto

REPORTAGENS FOTOGRÁFICAS
TUDO PARA COMUNHÃO E BAPTIZADOS | ARTIGOS
RELIGIOSOS | PARAMENTARIA | ARTIGOS NUMISMÁTICA

Escadas do Quebra Costas nº 2, 6200-170 Covilhã
E-MAIL: fotoacademica@hotmail.com | TEL.: 919 487 978 | 964 196 950

DESPORTO



Distrital leva duas jornadas disputadas

AFCB

DISTRITAL

IDANHENSE É LÍDER

Conjunto da Raia soma duas vitórias

À segunda jornada, o Clube União Idanhense é líder isolado do distrital de Castelo Branco, com seis pontos. Depois de ter ganho, em casa, ao Proença por 3-1 na ronda inicial, os raianos ganharam no terreno do estreante Belmonte por 0-5. Com golos de Juliano e Ronaldo, na

primeira parte, e Allef, Brito e Mateus, na segunda.

No jogo mais importante da ronda, o Pedrógão empatou em casa com o Moradal a uma bola. Miranda fez o golo da equipa de André Matias, pelos dos Estreito marcou Julinho.

No Fundão, houve dérbi concelhio, com o Académico a ceder um empate caseiro frente à Atalaia. Pela equipa da casa marcou Amarelo, pelos

forasteiros, Galhano.

Em Proença-a-Nova, também num dérbi do Pinhal, o Sernache (que folgara na primeira jornada) entrou a vencer, por 0-2, com golos de Abi Djú.

Na próxima jornada, destaque para a receção do Idanhense ao Pedrógão, e para a visita do Fundão ao Estreito. A Atalaia recebe o Ródão e o Sernache recebe o Belmonte.

BREVES

MATA/AAUBI ENTRA A GANHAR

■ O Grupo Desportivo da Mata/AAUBI entrou a ganhar na série A da Taça de Honra “Carlos Ranito Xistra”, em futsal. No sábado, venceu a Bouça por 6-2. O Peso ganhou por 4-6 em Oleiros. Na série B, o Cariense bateu o Retaxo por 3-2.

MARATONA DE BTT “TRILHOS DA RAIÁ”

■ A Associação de Cicloturismo de Idanha-a-Nova promove no dia 13 a XVIII Maratona de BTT “Trilhos da Raia”, com dois percursos: um de 75 quilómetros e outro de 50. A grande novidade este ano vai ser a realização simultânea de um passeio pedestre, acessível a todos, que irá ligar Idanha-a-Nova à Barragem Marechal Carmona, com uma extensão de 7 quilómetros.

AULAS DE XADREZ NA IDANHA

■ O Club União Idanhense (CUI) tem a partir deste mês uma nova modalidade: xadrez. As aulas decorrem à quinta-feira na sede do CUI, entre as 17h30 e as 19h30. A atividade é lecionada por Ad Braam e destina-se a pessoas de todas as idades.

MODALIDADES

PENTA CLUBE PEDE “MAIOR ATENÇÃO” ÀS INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS

■ O Penta Clube da Covilhã celebrou no passado dia 21, no Jardim das Artes, o seu 14º aniversário.

As comemorações tiveram a presença dos vários atletas e simpatizantes do clube, bem como a presença dos parceiros institucionais que

apoiam a sua atividade regular.

Foi realizada uma ação experimental de tiro laser e inaugurada uma nova estrutura para o treino da modalidade, dando um “pontapé de saída” no projeto Laser & Run Park, que segundo o clube irá ser desenvolvida



Tiro laser tem nova estrutura de treino

durante a próxima época nos parques verdes da cidade covilhanense.

Foi ainda entregue pela mão do presidente da Associação de Atletismo de Castelo Branco, o diploma de reconhecimento “Medalha de Bronze” relativo à época 2022/23, atribuído pela Federação Portuguesa de Atletismo, relativo ao número de filiados que o clube registou nessa época.

Em comunicado, o PCC reivindica uma “maior atenção às infraestruturas desportivas que necessita” e que perante “o estado de degradação ou a falta delas”, são um “enorme obstáculo” à sua atividade regular.

CULTURA

PATRIMÓNIO CULTURAL

SANTA BEBIANA DE CARIA É DE INTERESSE MUNICIPAL



Assembleia Municipal de Belmonte reconhece festa como património cultural de interesse. Documento irá reforçar dossier da candidatura a património imaterial que está em andamento

JOÃO ALVES

“A festa da Santa Bebiana tem crescido, já é uma referência a nível regional, mas também queremos

fazer dela um símbolo a nível nacional.” É esta a convicção do presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Quelhas, que na passada sexta-feira, 27, viu os deputados da Assembleia Municipal de Belmonte aprovarem, por unanimidade, a festa de Santa Bebiana como Património Cultural de Interesse Municipal.

Um documento que será inserido no processo de classificação a património imaterial iniciado em outubro de 2023 pela Associação da Irmandade de Santa Bebiana de Caria, que quer assim valorizar a

festa satírica em honra da padroeira associada às pessoas ébrias e ao vinho.

“Estamos a preparar o dossier. Aliás, já temos uma plataforma criada onde estamos a introduzir toda a documentação, da qual este documento também irá fazer parte. Faz parte também do plano de salvaguarda. Este é um processo longo, mas estamos a fazer todos os esforços para ser o mais breve possível esse reconhecimento que é mais que merecido” afiança o presidente da Junta de Caria, Silvério Quelhas, que adianta que o processo passará a

Festa da Santa Bebiana é uma tradição com 79 anos, mas que teve algumas interrupções

depois por uma comissão de avaliação e, “como é algo de nível nacional, obviamente ainda irá demorar o seu tempo.”

Proibida durante o Estado Novo, a Santa Bebiana de Caria é uma tradição com 79 anos, que teve algumas interrupções, mas que nos últimos anos foi retomada, com papel muito activo da Irmandade, que se constituiu como associação. Em dezembro do ano passado, Graça Ribeiro, uma das responsáveis pela pesquisa e recolha de material, adiantava ao NC que o processo tinha sido iniciado junto da Direção Geral do Património Cultural, e que agora era tempo de “densificar com documentação”, como por exemplo, o reconhecimento de Interesse Municipal à efeméride.

A investigadora salientava tratar-se de “uma festa singular e irreverente”, uma tradição de algumas localidades do distrito de Castelo Branco, e acentuava a importância de preservar este património coletivo. “A ideia da classificação surgiu como uma forma de salvaguarda e de divulgação da festa, mas também de preservação da história, para que passe para as gerações futuras, porque ela faz parte da herança cultural dos carrienses”, enfatizava Graça Ribeiro. Segundo esta, o processo de entrega de todo o material pode demorar cerca de ano e meio e a investigadora prevê que o período de avaliação possa ser “relativamente demorado”. “O que esperamos é garantir a salvaguarda do que aqui se faz, que a festa melhore, que a classificação lhe traga visibilidade e que seja bom para a comunidade, porque esta é uma festa comunitária e intergeracional”, referia Graça Ribeiro.

TEATRO

FESTIVAL LEVA OITO ESPETÁCULOS À IDANHA

■ Companhias de teatro de Portugal, Brasil e Espanha que levarão ao palco oito espetáculos. É disto que é feita a vigésima segunda edição do festival de Teatro de Idanha-a-Nova, organizado pela companhia de teatro local Ajidanha, e que decorre entre sábado, 5, e dia 14 de outubro.

Durante sensivelmente uma semana, o público da raia tem oportunidade de assistir a espetáculos de um festival “habitual” nesta altura do ano,

mas que ao longo das suas edições se tem vindo “a modificar naturalmente, promovendo melhorias contínuas” explica a organização. A participação de grupos de países como Espanha e Brasil conferem ao festival “a habitual dimensão internacional”.

Sábado, 5, pelas 21:30, o primeiro grupo a subir ao palco é o TAM, de Mondim de Basto, que apresenta “O divã”, peça criada a partir de um texto de Woody Allen. No domingo, 6, às 17

horas, a GATERC, de Esposende, traz “O Reilaudamuco, senhor de nenhures”. Até dia 14, sobem ainda ao palco o São Gens de Teatro, do Brasil, o TAP-Teatro Amador de Pombal, o Teatro de Calamonte (Espanha) e Teatro de Lanzarote (Espanha).

A par apresentação de espetáculos de teatro, ao longo de cerca de 10 dias haverá também outras iniciativas culturais, tais como sessões de cinema, documentários, exposições e tertúlias.

Além de teatro, festival contempla cinema, documentários, exposições e tertúlias



GUIA

AGENDA CULTURAL

FORAL DE CASTELO BRANCO

■ A Outrem - Associação de Defesa do Ambiente e Património, promove as comemorações do Foral de Castelo Branco. Haverá um torneio a cavalo, um cortejo e espaço medieval, entre outras iniciativas.

→ sexta, 4 e sábado, 5, Ermida N.S Mércules

MITOS DE ALPEDRINHA

■ Está patente a exposição de ilustração inspirada em mitos de Alpedrinha. A mostra “Acrescenta um Ponto” é um “projeto de recolha do património oral das aldeias beirãs, a última edição, feita em Alpedrinha, no início de 2023, que partiu à descoberta dos contos, das estórias e lendas associadas à vila”.

→ Até 3 de novembro, Biblioteca do Fundão



JFA

A NÃO PERDER

“GUIÃO PARA UM PAÍS POSSÍVEL”



DR

■ No próximo sábado sobe ao palco a peça “Guião para um país possível”, com dramaturgia e encenação de Sara Barros Leitão, interpretação de João Melo e Margarida Carvalho. No parlamento português, entre as bancadas dos deputados e a tribuna com membros do Governo, existe uma secretária onde trabalham duas funcionárias que transcrevem tudo o que ali é dito. São centenas

de milhares de páginas que registam debates, assembleias constituintes, avanços e recuos nos direitos sociais, laborais e humanos. Sem uma única palavra inventada e recuperando, colando e cosendo todas estas transcrições, “Guião para um país possível” é um espetáculo criado a partir dos Diários da Assembleia da República, para contar os últimos cinquenta anos da nossa democracia parlamentar.

LIVRO

REFLEXÕES DE LUÍS GARRA

■ É apresentado no sábado o livro “Inverno do Futuro-Reflexões, experiências e sentimentos em tempos de vida suspensa”, do ex-coordenador da União de Sindicatos, e ex-presidente do Sindicato Têxtil da Beira Baixa, Luís Garra.

Segundo o autor, um escrito que “não é um romance”, mas que tem uma “forte componente de reflexão sindical e política, onde faço registos vivenciados num período temporal muito limitado, que se inicia na pandemia, interpretados à luz dos meus critérios, opções e ideologia.”

→ sábado, 5, 15:30, salão nobre da CM Covilhã



DR

03
OUT.

17:30
MUSEU DA
COVILHÃ



JA

TERTÚLIA

A “COVILHÃ JUDAICA”

■ A professora e investigadora Maria José Ferro Tavares marca presença esta quinta-feira à tarde no Museu da Covilhã, para uma nova edição do “MC2: Movimentos Culturais Coletivos”.

A iniciativa, que se desenvolve como uma conversa informal e um momento de partilha com a comunidade acerca do território da Covilhã, recebe aquela que é considerada “a

maior especialista portuguesa na história dos judeus e dos cristãos novos em Portugal”, com o objetivo de “desmistificar alguns pormenores aliados à designada “Covilhã Judaica” explica a Câmara da Covilhã em comunicado. Uma tertúlia que a oradora define como “um passeio imaginário entre as pedras e as pessoas.” A entrada no evento é livre.

OS PORTUGUESES E O MUNDO

28 DE SETEMBRO

MAIORIA SILENCIOSA

Nunca se soube a dimensão de tamanha maioria, de quantos portugueses saíram à rua para a manifestação convocada alegadamente por apoiantes de António de Spínola, em redor de uma sugestão do próprio. À data Presidente da República. Não eleito. Nomeado pela Junta de Salvação Nacional. Foi a primeira crise política da situação criada meses anos com a Revolução dos Cravos. E germinada a partir da semente lançada nos próprios corredores da situação. Há 50 anos, tal como hoje, o setembro estava quente, mas em vez de se atirarem para os areais do litoral, muitos portugueses, mobilizados nos “centros de trabalho do PCP” e de outros parceiros de esquerda, e com o apoio do COPCON liderado por Otel Saraiva de Carvalho, formaram-se em barricadas nos principais acessos à capital, de modo a “desmontar” a capacidade de mobilização dos adeptos da perpetuação de Spínola no poder. E assim foi. O encontro autorizado resultou numa frustração total, alguns alegados apoiantes do anterior regime foram detidos, outros saíram do país. Dizia-se na altura que se fechara o primeiro ciclo do PREC – Período Revolucionário Em Curso. Quanto ao General Spínola, que dois dias depois renunciaria à liderança do país, os portugueses não se livraram dele, e haveria de voltar em novas tentativas de construir à sua imagem o futuro de Portugal, que para muitos, 50 anos depois, continua “silenciado, mas não calado”.

Francisco Figueiredo



O Portugal de Spínola, silenciado, mas “não calado”

WIKIPÉDIA



FRANCISCO FIGUEIREDO

Baixo salários do sector do turismo contestados junto ao Palácio Nacional

TURISMO E PAZ PORTUGAL FESTEJA

■ Na verdade, todos os dias, parecem ser Dia do Turismo, tal a importância que a actividade turística tem para a economia do país. Este ano a OMT - Organização Mundial do Turismo que assinala o 27 de Setembro como data oficial, dedicou a iniciativa à Paz. Sabe-se bem que o turismo aproxima as pessoas, promove o conhecimento, a diversidade e as culturas, e como tal, parece fazer sentido promover a pacífica harmonia entre os povos. No âmbito das Nações Unidas, existe mesmo a convicção de que o turismo tem um papel crucial no cumprimento dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). E mais uma vez o país se abriu em feiras, festas regionais, mostra de produtos locais, e um sem-número de eventos em prol da divulgação da mensagem “Abençoado sejas Turismo”, pelas receitas, pelo emprego, e pela imagem da beleza do país. Oficialmente realizou-se mais uma edição da Cimeira do Turismo Português que levou a Mafra o líder do governo, Luís Montenegro, que disse que o turismo em Portugal é um “duplo sinal de esperança” e também alguns trabalhadores da hotelaria que se manifestaram junto ao Palácio Nacional, protestando contra os baixos salários praticados no sector.

Francisco Figueiredo

MARROCOS

O MAIOR ESTÁDIO DO MUNDO



Estádio Hassan II vai ter capacidade para 115 mil espectadores

WIKIPÉDIA

■ Bom, talvez um dos maiores, mas passando o exagero do título, não deixa de ser curiosa esta tendência para o exagero demonstrada pela aliança entre países com elevados níveis de pobreza e o futebol. Ora o país do norte de África que apresenta um quadro populacional de quase 50% de pobres, vai em contexto de co-organizador com Espanha e Portugal do Mundial de Futebol de 2030, preparar-se para apresentar o Estádio Hassan II com capacidade para 115.000 espectadores. Não

parece muito curial que hoje em que a tendência parece ser para estádios com o máximo de 60.000 lugares, se lancem projectos com esta imponente. Está no plano das novas infraestruturas para a tri-partida competição, defenderá a organização marroquina, que não terá pejo em acrescentar que “somos pobres, mas somos muitos a ir à bola”. Pois, a ligação até faz sentido. O estádio estará localizado na cidade de El Mansouria, a cerca de 38 quilómetros a norte de Casablanca, resultará

da parceria entre a POPULOUS, conhecida empresa americana de arquitectura dedicada a edifícios de desporto e de eventos, e OUALA-LOU+CHOI, um dos mais prestigiados gabinetes marroquinos. Inspirado na rica cultura marroquina, o projeto apresenta uma cobertura translúcida de alumínio que permitirá a entrada de luz natural e que incluirá áreas ajardinadas. É uma das joias da coroa, e forte candidato à realização da final.

Francisco Figueiredo

ÚLTIMA PÁGINA

CASAS E INTERIOR

Noticiava o Expresso, na passada semana, que o Interior está mais atrativo. No que diz respeito ao mercado imobiliário. Sempre esteve. A única diferença é que agora, os preços exacerbados de casas, quer para venda, quer para arrendar, nas grandes metrópoles, como Lisboa ou Porto, fazem com que muita gente olhe para esta região com outros olhos. Ter casa é um imperativo para qualquer cidadão fazer “a sua vida”. Hoje, com toda a tecnologia digital existente, para muitos, trabalhar não tem de ser onde está a sua empresa. Podem-no fazer de qualquer lugar, pelo que, ter uma casa mais barata no Interior pode ser fator de atratividade. Onde há sempre o vizinho que dá uma couve, uma alface ou um tomate. Agora, a isto terá sempre que se juntar investimento, sobretudo estatal. Pois se continuamos a fechar escolas, centros de saúde, agência bancárias, a ter “zonas brancas” onde não há rede móvel, internet ou outras ferramentas essenciais, não vamos lá... E também lá não vamos se algumas autarquias, na ânsia de atrair gente de forma pouco lúcida, contribuírem para que a especulação imobiliária cresça...
João Alves

**O SEU JORNAL ESTÁ AQUI
 CASA DA SORTE - UNHAIS DA SERRA**

E EM MAIS DE 200 LOCAIS:

- Casa da Sorte - Unh. da Serra
- Meu Super - Tortosendo
- Pingo Doce
- P. Papelito - Manteigas
- CM Covilhã
- Serra Shopping

- Lidl - Covilhã
- CM Penamacor
- Central Camionagem
- Centro Hospitalar
- Estação da CP - Covilhã
- Galp da Covilhã
- Tab. Rogeiros - Boídobra
- Amanhecer - Teixoso

- Junta Freg. Belmonte
- Junta Freg. Teixoso
- C.C. Estação - Covilhã
- Mepisurfaces
- Mercado Municipal
- G.Recr. Refugiense
- Quiosque Estrela 2000
- P. Sonypal - Tortosendo

- Intermarché - Covilhã
- Twintex
- UBI – Polo 1
- UBI – Biblioteca Central
- UBI – Ciências
- UBI – Engenharias
- Fitecom - Tortosendo
- Covitool - P. Ind. Canhoso

CURTA COM... / *Silvério Quelhas*

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CARIA

O que traz de novo, ao processo de classificação do património imaterial, a declaração de interesse municipal à festa de Santa Bebiana?

Neste momento, estamos a preparar o dossier. Aliás, já temos uma plataforma criada onde estamos a introduzir toda a documentação, da qual este documento também irá fazer parte. Faz parte também do plano de salvaguarda. Este é um processo longo, mas estamos a fazer todos os esforços para ser o mais breve possível esse reconhecimento que é mais que merecido.

Que mais-valia pode trazer para a freguesia de Caria?

A festa da Santa Bebiana tem crescido, já é uma referência a nível regional, mas também queremos



Quando falamos da Santa Bebiana de Caria, queremos também dinamizar o próprio concelho de Belmonte”



DR

fazer dela um símbolo a nível nacional.

Sendo um cartaz não só local, mas também concelhio...

Sim, quando falamos da Santa Bebiana de Caria, queremos também dinamizar o próprio concelho de Belmonte, como é evidente.

Como está neste momento o processo?

Existe a tal plataforma, onde se mete documentação, textos, e isso está a andar.

Qual o passo seguinte?

O processo passará depois por uma comissão de avaliação e, como é algo de nível nacional, obviamente ainda irá demorar o seu tempo.

PUBLICIDADE

**SOMOS PELA ESCRITA LIVRE.
 SEM ACORDOS. EM BOM PORTUGUÊS.**

**NOTÍCIAS
 DA COVILHÃ**

FRANCISCO FIGUEIREDO